

A LEITURA E A CULTURA ESCOLAR NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “LEÔNIDAS DO AMARAL VIEIRA” ENTRE 1953 E 1975: ASPECTOS DOS MANUAIS PEDAGÓGICOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Viviane Cássia Teixeira Reis¹

Resumo: Tanto os manuais pedagógicos, quanto os periódicos educacionais são suportes materiais responsáveis pela circulação de ideias, saberes pedagógicos, prescrições e normatizações e, conforme Carvalho (2006, p. 1), à medida que esses impressos vão circulando e ganhando espaço nos cursos de formação de professores vão organizando e demonstrando quais saberes se sobrepõe.

A instituição “Leônidas do Amaral Vieira” e as demandas para a formação de professores.

Assim como outros pesquisadores, acredito que, do crescimento da economia cafeeira e do crescimento da população, decorreu a necessidade de investimento em educação. E, nesse sentido, teria sido construída a primeira escola pública masculina em 1911, e o primeiro Grupo Escolar, em 1913.



IMAGEM 1: 1º Grupo Escolar – 1915 – Fonte: PRADO; SATO (2012).

O primeiro Grupo escolar começou a funcionar oficialmente em prédio próprio, em 1 de fevereiro de 1915, sendo que, anteriormente, funcionava em outro espaço. “O 1º Grupo Escolar de Santa Cruz recebeu denominação 'Sinharinha Camarinha' conforme Decreto nº 23.328, de 6 e publicado aos 11/05/1954, em homenagem à memória da professora Percília Camarinha Nascimento (SINHARINHA CAMARINHA).” (PRADO; SATO, 2012, p. 188).

¹ Doutoranda em Educação pela UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: vivianectreis@outlook.com.

A primeira escola normal foi criada em 1928, ano em que é introduzido o Ensino Secundário em Santa Cruz do Rio Pardo pela Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Coronel Leônidas do Amaral Vieira, criando a Escola Normal livre Municipal Leônidas do Amaral Vieira, a partir da Lei Municipal n. 429, cujo primeiro Diretor foi Agenor de Camargo. Assim, com a criação dessa escola normal, estava formada a primeira estrutura de educação pública na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo-SP.

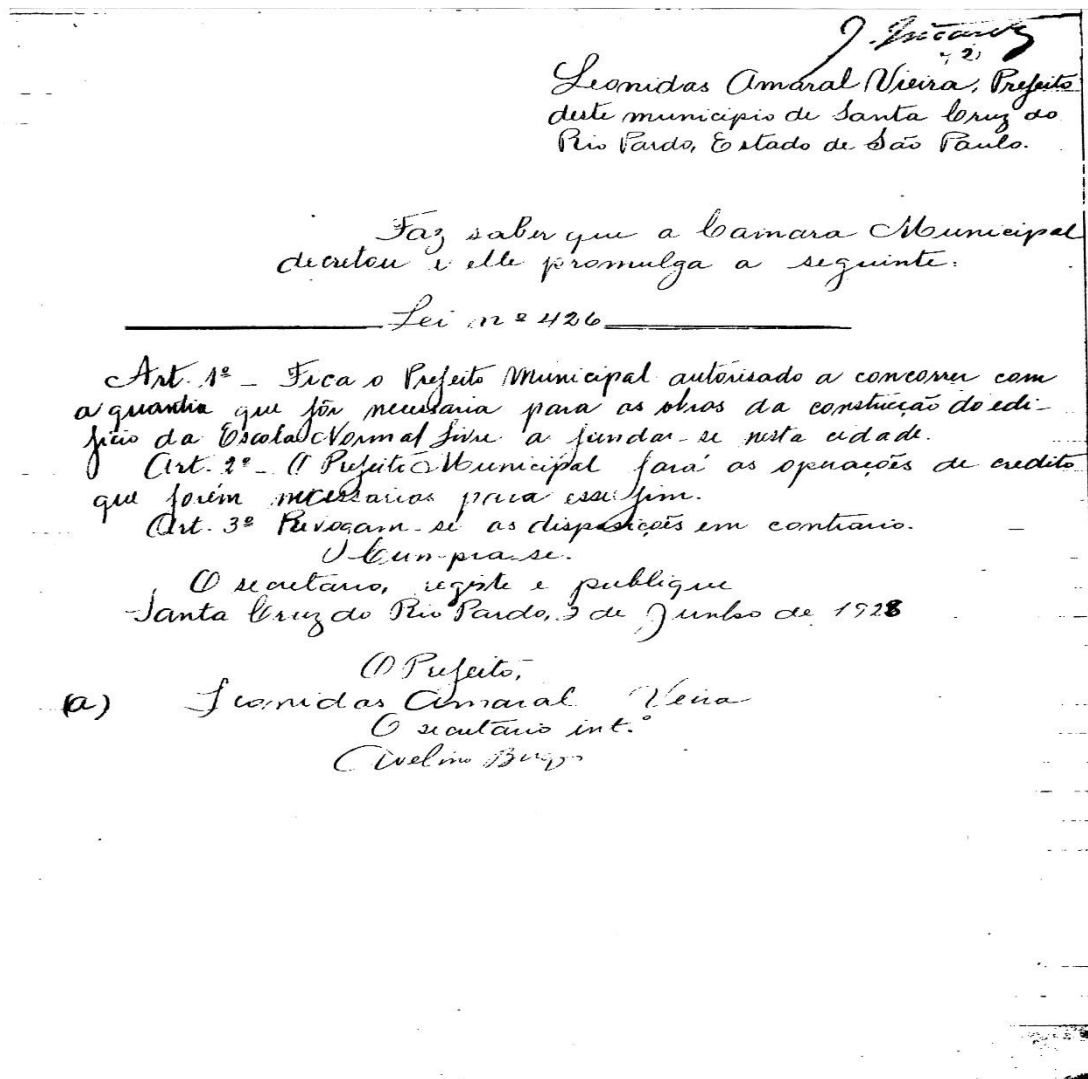


IMAGEM 2: Lei de fundação da escola – Fonte: PRADO; SATO (2012).

O primeiro prédio da escola Normal, situava-se num casarão, atual Biblioteca municipal.



IMAGEM 3: 1º prédio da Escola Normal – 1928 – Fonte: Acervo documental da E. E. “Leônidas do Amaral Vieira”

Como mencionado na introdução, como estabelecimento oficial estadual iniciou as atividades em 1940. Em 1942, o curso colegial passou a oferecer as modalidades: Clássico e Científico. E, então, em um único complexo, foi transformada em Instituto de Educação segundo a Lei n. 2.274/53:

Sua instalação, tendo em anexo o Curso Colegial, Ginásial, Normal e Primário, na qualidade de Instituto de Educação, ocorre no início de 1954, e progressivamente são instalados os cursos de Post-Graduados a que alude a Lei 2.274/53, a saber: março de 1954; Aperfeiçoamento; março de 1958; Especialização em Educação Pré- Primária; março de 1958, Administradores Escolares. Em 1968, foi criado o Ginásio Pluricurricular, em prédio próprio anexo ao Instituto de Educação, extinto mais tarde. (REGIMENTO ESCOLAR, 2012, p. 4-5).



IMAGEM 4: 2º prédio da Escola Normal – 1930 – Fonte: Acervo documental da E. E. “Leônidas do Amaral Vieira”

Esse Instituto de Educação “Leônidas do Amaral Vieira”, e outros Institutos do estado de São Paulo, foram criados ou assim transformados no contexto de predominância da Pedagogia Nova. Segundo Labegalini (2009, p. 16):

[...] a formação de professores nos IEs do Estado de São Paulo, no período de 1933 a 1975, foi marcada pela influência do ideário da Escola Nova. De acordo com esse modelo, a formação do professor alfabetizador estava subsumida na formação do professor primário, e esta se encontrava fortemente marcada por uma didática escolanovista.

Assim, o que se tem é uma instituição de formação de professores centrada em uma demanda específica, a de formar o professor alfabetizador em atendimento à escola primária.

E ainda segundo Labegalini (2004, p. 2) “Os institutos de educação do estado de São Paulo podem ser entendidos como parte da concretização das propostas do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”. Os Institutos representavam a inovação educacional que, então, deveria vingar na escola primária da época, e tinham como modelo o I. E. “Caetano de Campos”.

Também foi o momento em que foi pensado o anteprojeto da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em que se tinha uma perspectiva modernizadora, porém, mantendo-se a característica de “modernização conservadora”.²

A criação dos Institutos de Educação se deu após a equiparação do curso normal aos outros cursos de nível médio, momento em que houve uma marcante descaracterização do profissional do magistério primário. As escolas normais noturnas obtiveram autorização de funcionamento no período noturno, aumentando o contingente de alunos do sexo masculino em pequena escala, em um período que ainda predominava a maioria mulheres em sala de aula. O ano de 1950 foi o período que mais se criou escolas normais no estado.

Nesse mesmo período foi estabelecido que “[...] as escolas oferecessem um Curso de Formação Profissional, de dois anos; um Curso Pré-Normal, de um ano; e um Curso Primário, de quatro anos.” (FURTADO, 2007, p. 59).

É também na década de 1950 que “[...] Anísio Teixeira se impôs como a figura central da educação brasileira [...]” (SAVIANI, 2011, p. 286) e, também, por todo o caminho percorrido, como Diretor Geral da Instrução Pública no Distrito Federal, entre os anos de 1931-1935, momento em que foi criado o primeiro Instituto de Educação do país. Anísio Teixeira, influenciado pelos princípios e métodos de Dewey, proferiu conferências em que esclarecia suas ideias e seus ideais,

[...] mostrando a diferença entre sua visão de educação e a dos marxistas; evidenciando suas convicções contrárias às diferentes formas de violência na vida social e política; manifestando sua discordância do postulado da luta de classes; reiterando à exaustão que jamais defendeu o monopólio estatal da educação [...].

É nesse contexto que Anísio Teixeira teria idealizado os Institutos de Educação, com a função de formar nessa época, uma cultura pedagógica nacional,

Os Institutos de Educação foram criados, segundo Nunes (1998), para adequar as normalistas ao desenvolvimento das ciências da educação e para formar o educador profissional com competências específicas para atuar nas escolas

²A expressão “modernização conservadora”, que caracterizou o regime de governo de Getúlio Vargas, pode ser estendida ao Ministério da Educação sob a regência de Gustavo Capanema. O desejo de criação de um sistema educacional baseado na modernização e com preocupações abrangentes na atividade cultural e artística deram sustentáculo à sua atuação. O que se destina ao aspecto conservador associa-se à ampla concentração de poder e controle do estado sobre a educação e as políticas implementadas, sua concepção estetizante da cultura e das artes – muitas vezes atrelando-a ao ornamentalismo e aos grandes sentimentos cívicos - reforçando o cunho nacionalista de seu projeto. (SOUZA, 2014, p. 10).

públicas, considerados por Anísio como o campo de atuação do professor para a aplicação das ciências. (CASTRO; ROSAR, 2006, p. 1831).

Para Anísio Teixeira, e os defensores da Escola Nova, a formação de professores de todo os níveis deveria ser em nível superior. O Instituto de Educação criado por ele em 1934, ganharia lugar de destaque, por ser a “[...] formação do magistério geral especializado [...]”. (TEIXEIRA, 1953, p. 135 apud BAZZO, 2004, p. 272).

A criação dos Institutos de Educação se deu após o Decreto-lei n. 19525-A, de 27 de junho de 1950, que determinava que o Curso Normal em São Paulo pudesse garantir o acesso ao nível superior.

O Curso Normal do Instituto de Educação Estadual “Leônidas do Amaral Vieira”, voltado à formação de professores primários, funcionou até 1975, ano em que formou a sua última turma.

Aos 14 de agosto de 1953, a Lei Estadual 2.247 transformou em Instituto de Educação a Escola Normal ‘Leônidas do Amaral Vieira’, com os cursos, Normal – três anos para formação de professores primários e pré-primários; Primário – subdivididos em primário comum de quatro anos e complementar de um ano; e Pré-primário – antigo Jardim de Infância com duração de três anos. (PRADO, 2013, p. 190).



IMAGEM 5: 3º e atual prédio da antiga Escola Normal/Instituto de Educação – Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Na década de 1960 tivemos a primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB aprovada, a Lei n. 4.024 em 20 de dezembro de 1961, entrando em vigor em 1962. Foi o momento de aumento de recursos para o ensino, considerando que, na década de 1950, já começava a se voltar a atenção para o ensino primário e secundário, e para o ensino superior, normatizando o ensino superior e o ensino de 1º e 2º graus. Segundo Sheibe (1983, p. 38) a LDB n. 4024/61 “[...] limitou-se mais à organização escolar uma vez que deu ênfase em regular o funcionamento e controle do que já estava implantado.”

Com essa lei ficou instituído que a formação de professores primários passaria a ser realizada em instituição de dois níveis: a “Escola Normal de Grau Ginásial”, com quatro séries anuais, ou na “Escola Normal de Grau Colegial”, com três séries anuais. Uma se incumbiu de formar regentes do ensino primário e a outra de formar o professor primário.

Em 1976, durante o governo estadual do Sr. Dr. Paulo Martins e Municipal de Sr. Joaquim Severino Martins, o Instituto de Educação passou a denominar-se Escola Estadual de Segundo Grau “Leônidas do Amaral Vieira” (Nunes; Oliveira, 1997, p. 2). E, então que, como escola de 2º grau, passou a oferecer a Habilitação Específica de 2º Grau para o exercício do magistério de 1º Grau (HEM)³ até o ano de 1999, sendo extinta a partir da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.⁴

Os manuais pedagógicos e os periódicos educacionais como suporte material para veiculação e disseminação dos saberes da Didática no Curso Normal do Instituto de Educação “Leônidas do Amaral Vieira”

Tanto os manuais pedagógicos, quanto os periódicos educacionais são suportes materiais responsáveis pela circulação de ideias, saberes pedagógicos, prescrições e normatizações e, conforme Carvalho (2006, p. 1), à medida em que esses impressos vão circulando e ganhando espaço nos cursos de formação de professores vão organizando e demonstrando quais saberes se sobrepõe e se “[...] propõe necessários à prática docente.” (CARVALHO, 2006, p. 1).

Nesse sentido, e com base em Chervel (1990), é possível afirmar que tais impressos são veiculadores, disseminadores e legitimadores das chamadas “finalidades de objetivo” que presidem a constituições de todos os processos da instituição educativa.

Esses impressos têm como objetivo a veiculação e disseminação de concepções para professores e professorandos. Estão inseridos no contexto local e nacional, assim é possível considerar que o acervo bibliográfico das instituições é produtor de determinada cultura pedagógica, que se consolida por meio das práticas de leituras dos professores e a prática na sala de aula. Então, à medida que é possível localizar tais impressos nos acervos bibliográficos das instituições educativas, eles são passíveis de serem lidos, pelo pesquisador da história da educação, como testemunhos do discurso que foi legitimado em dada instituição por meio das práticas escolares, ao mesmo tempo em que também legalizam essas práticas na instituição. Então, e também com base em Chervel (1990), esses impressos podem ser lidos como veiculadores, disseminadores, legitimadores e indicadores de práticas.

Em contato com acervo documental da atual Escola Estadual “Leônidas do Amaral Vieira” foi possível identificar, recuperar, reunir, selecionar e sistematizar, mediante instrumento de pesquisa, periódicos educacionais e manuais pedagógicos. Esse acervo encontra-se, atualmente, na biblioteca dessa escola e conta com várias prateleiras com manuais pedagógicos e periódicos educacionais raros. Tal material permaneceu e resistiu às mudanças pelas quais passou essa instituição, até os dias atuais, incluindo o período da pesquisa compreendido entre 1953 a 1975.

Considerando, o objeto e objetivo da pesquisa desenvolvida, a saber, as disciplinas com o corpo de saberes propriamente da Didática do Curso Normal do Instituto “Leônidas do Amaral Vieira”, entre 1953 e 1975, foram encontrados 17 manuais e analisados 3 deles. Tal seleção foi feita, à luz dos estudos de Silva (2005) e das exigências histórico-sociais para a formação de professores do momento em que foram publicados, como evidencio em um primeiro momento.

Nos estudos de Silva (2005) se encontra reunido um total de 55 publicações, entre as edições e reedições dos manuais pedagógicos, dentre os quais, os que foram publicados e circularam entre as décadas de 1950 e 1970, como os que foram localizados no acervo da

³ Com a Lei 5.692/71 (Brasil, 1971), as escolas normais cedem lugar para a Habilitação Específica de 2º Grau para o exercício do magistério de 1º Grau (HEM) (Saviani, 2009).

⁴ A LDB n. 9394/96 retira a responsabilidade da formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Ed. Infantil das escolas de nível secundário, e passa a exigir também para tais níveis de ensino o diploma em nível superior mediante formação em Universidades e Institutos Superiores de Educação (SAVIANI, 2009).

biblioteca da atual Escola Estadual “Lêonidas do Amaral Vieira”. Segundo Silva (2005), trata-se de um *corpus* de publicações que se relacionam com os projetos de formação de professores da época, considerando as características dessas publicações, bem como sua historicidade.

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: *IV Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2006.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CASTRO, Rachel Moraes; ROSAR, Denise Raquel. Anísio Teixeira: a história da educação no Brasil. In: *X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba*. São José dos Campos, n. 24, v. 13, out. 2006.

FURTADO, Alessandra Cristina. *Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964)*. 2007. f. 218. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: História da Educação e Historiografia) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. *A formação de professores nos Institutos de educação do Estado de São Paulo (1933-1975)*. Marília-UNIMAR, São Paulo, 2009.

PRADO, Celso; SATO, Junko. *Historiografia para Santa Cruz do Rio Pardo: Memórias, documentos e referências*. Disponível em: <<http://www.satoprado.com/>>. Acesso em: 20/11/2013.

REGIMENTO ESCOLAR: “E. E. Leônidas do Amaral Vieira”. Disponível em: <<http://www.leonidas.com.br/historico.htm>>.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3 ed. rev. 1 reimpr. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr., 2009.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado), USP/SP. 2005.

SOUZA, Agnes Cruz de. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. *Revista eletrônica Saberes da Educação*, v. 5, n. 1, 2014.

SHEIBE, Leda. A Formação Pedagógica do Professor Licenciado - Contexto Histórico. *Perspectiva*, 1 (1), p. 31-45, ago./dez., 1983.